

**O inventário cultural na prática: dificuldades, imprevistos e descobertas na  
pesquisa, proteção e preservação de bens culturais em Santo Antônio do Monte –  
MG**

Márcia Aparecida Bernardes Silva

Licenciatura em História

Agente Cultural da Secretaria Municipal de Cultura de Santo Antônio do Monte – MG  
Professora de História dos Ensinos Fundamental II e Médio – IMAC- Rede Pitágoras de Ensino.  
Rua Álvaro de Oliveira, 58/103. Bairro Nossa Senhora de Fátima – Santo Antônio do Monte – MG.  
CEP: 35.560.000. Telefones: 37- 9927-7476 / 37 – 3281-5826 Fax: 37-3281-7326.  
E-mail: [bernardess.marcia@hotmail.com](mailto:bernardess.marcia@hotmail.com)

# **O inventário cultural na prática: dificuldades, imprevistos e descobertas na pesquisa, proteção e preservação de bens culturais em Santo Antônio do Monte – MG**

## **RESUMO**

Nas últimas décadas acentuou-se a preocupação com a efetivação de políticas públicas de Cultura, sobretudo aquelas voltadas para a proteção e salvaguarda do Patrimônio Cultural. A Constituição de 1988 e outras disposições legais propõem diversos instrumentos jurídicos de proteção. Órgãos oficiais têm estruturado diretrizes e metodologias de identificação, localização e proteção de bens culturais. Este trabalho destina-se a analisar a prática do Inventário Cultural, a partir das atividades desenvolvidas por agentes culturais de Santo Antônio do Monte entre os anos de 2005 e 2008, considerando o impacto desta prática para o fortalecimento das identidades locais e do reconhecimento dos sujeitos como portadores de cultura. Neste sentido, propõe-se pensar o Inventário numa dimensão que extrapola a mera identificação e descrição de bens e efetiva-se como uma forma de apropriação e compreensão destes pelos sujeitos sociais que os produzem e os mantêm.

**PALAVRAS – CHAVE:** Patrimônio Cultural. Inventário Cultural. Memória

## **ABSTRACT**

In the last few decades it has accented the concern with the effective of culture public politics, over all those directed toward the protection and safeguards of the Cultural Patrimony. The legal Constitution of 1988 and other disposals consider diverse legal instruments of protection. Official agencies have structuralized lines of direction and methodologies of identification, localization and protection of cultural goods. This work destines to analyze the practice of the Cultural Inventory, from the activities developed for cultural agents of Santo Antônio do Monte between the years of 2005 and 2008, considering the impact of this practice for the strengthening of the local identities and the recognition of the citizens as carrying of culture. In this direction, it is considered to think the Inventory in a dimension that surpasses the mere identification and description of goods and is accomplished as an appropriation form and understanding of these social citizens that produce and keep them.

**KEY WORDS:** Cultural Patrimony. Cultural Inventory. Memory

## **O inventário cultural na prática: dificuldades, imprevistos e descobertas na pesquisa, proteção e preservação de bens culturais em Santo Antônio do Monte – MG**

As coisas mudaram cerca de 1000%. A alimentação enfraqueceu, a confiança entre as pessoas acabou. Antigamente o povo tinha confiança e a amizade era honesta. Hoje o tipo de amigo mudou. Moralmente acabou tudo, o Homem e a Mulher de bem não existem mais; antigamente o cativo era para o negro, hoje o branco é cativo. Há abusos, desrespeitos que as pessoas de mais idade não aceitam. [...] Ninguém tinha relógio, a “mutuca preta” controlava o tempo: quando ela aparecia, os trabalhadores abandonavam o eito. Não existia caldeirão. O patrão dava comida ao peão, tratava bem o povo: tutu de feijão com gordura pura no gamelão de madeira, carne, muito torresmo, canjica e farinha de milho batida no monjolo. O fazendeiro matava um capado (porco) por semana. Havia muita gente para trabalhar, parecia formiga... Havia pessoas sobrando para limpar o rego d’água, para capinar a roça. As pessoas trabalhavam cantando, alegres, bebiam pinga. À noite havia dança no terreiro da sala e era tranquilo; hoje não pode fazer isso porque dá briga [...].

A fala acima pertence ao Sr. Alexandrino Olinto das Chagas, 86 anos, morador de uma pequena comunidade rural no município de Santo Antônio do Monte. Foi encontrado pelos agentes culturais durante as pesquisas para o Inventário Cultural. Espécie de consultor espiritual, é dotado de convicções fortes e utiliza com precisão as palavras para defender suas crenças e valores. Vivenciou o apogeu e decadência da ferrovia no Centro - Oeste de Minas. Sua fala sintetiza o tipo de surpresa que pode vir do trabalho de Inventário Cultural onde é possível nos depararmos não apenas com bens culturais diversos, mas com pessoas com visão própria e, por vezes, aguda da realidade que as cercam. Revela aspectos não mensuráveis e os diversos leques e possibilidades deste instrumento de proteção. Longe de uma simples coleta de dados sobre a cultura de sociedades e o meio onde elas estão, o Inventário traz outras possibilidades, tais como material para a História, tanto local quanto em um nível mais abrangente.

O levantamento de informações diversas (desde uma forma de trabalho, costume ou festa até a localização das fontes históricas ditas “tradicionais”: como exemplo mapas antigos, plantas de casa, livros de ata, fotos, residências, logradouros públicos) revela de fato uma metodologia pautada pela idéia lançada a mais de sessenta anos pela Escola de Analles, que expandiu o documento histórico a tudo aquilo que sofreu transformação pela mão do Homem.

O Inventário Cultural é instrumento poderoso para conhecer patrimônio de uma comunidade. Para guardar e proteger é essencial conhecer. As relações de afeto e valorização acontecem quando se conhece e reconhece o valor de um bem. A preservação efetiva se torna possível somente quando este constitui parte integrante e essencial do contexto social onde está inserido, quando seu significado é compreendido e valorizado pelas pessoas que dele fazem uso. Esta relação faz com que a preservação ocorra de forma natural e eficiente. Afinal, como já afirmava na década de 1970, Aloísio Magalhães, então à frente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, “A Comunidade é a melhor guardiã de seu patrimônio” (DIRETRIZES..., 2008).

Desde as primeiras décadas do século XX, percebe-se a preocupação do Estado em promover a proteção de bens culturais, evidenciada na Constituição de 1934 e efetivada com a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN e da instituição do tombamento pelo Decreto nº 25 de 1937. Desde então, várias legislações, dentre elas a Constituição Federal de 1988 e o Decreto 3.551 de 4 de agosto de 2000, regulamentam a proteção e salvaguarda dos bens culturais tangíveis e intangíveis, em consonância com a atual preocupação em identificar, reconhecer valorizar e preservar o patrimônio. Dentre os instrumentos jurídicos de proteção, ao lado do tombamento, registro e outros, se insere, o Inventário Cultural, alçado a esta condição pela Constituição Federal de 1988.

Pode-se afirmar que o Inventário Cultural “consiste na identificação e registro por meio de pesquisa e levantamento das características e particularidades de determinado bem, adotando-se, para sua execução, critérios técnicos objetivos e fundamentados de natureza histórica, artística, arquitetônica, sociológica, paisagística e antropológica, entre outros” (MIRANDA, 2008).

A partir deste conceito, torna-se importante explicitar a abordagem de Cultura e bem cultural a ser adotada no direcionamento do Inventário. Cultura aqui fica definida como o resultado das ações do homem para adaptar-se ao meio e relacionar-se com outro ser humano. Ou seja, as diversas formas pelas quais os homens se adaptam às condições de sua existência, uma ação humana dotada de significado. O conjunto de crenças, tradições, hábitos, modos de ser, de viver, de fazer. Em 2002, na Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural da UNESCO ficou estabelecido no artigo 1º que:

A cultura adquire formas diversas através do tempo e do espaço. Essa diversidade se manifesta na originalidade e na pluralidade de identidades que caracterizam os grupos e as sociedades que compõem a humanidade. Fonte de intercâmbios, de inovação e de criatividade, a diversidade cultural é, para o gênero humano, tão necessária como a diversidade biológica para a natureza. Nesse sentido, constitui o patrimônio comum da humanidade e deve ser reconhecida e consolidada em benefício das gerações presentes e futuras (UNESCO, 2002).

Portanto, ao identificar um bem cultural – traço cultural reconhecido como referência de identidade de um grupo, capaz de estimular a memória das pessoas – o Inventário possibilita o direcionamento das políticas públicas de proteção e salvaguarda. Mas pode tornar-se um indicador legítimo das comunidades pesquisadas ou servir aos interesses de determinados grupos. Sendo assim, ao proceder ao Inventário, os agentes públicos devem, conforme afirma Letícia Vianna, “estar imbuídos da perspectiva relativista, cientes de seus preconceitos e atentos ao que os cientistas sociais chamam de “o ponto de vista nativo” (VIANNA, 2008) Ou seja, o pesquisador deve estar atento às diversas falas dos sujeitos, dos portadores dos bens culturais da comunidade.

A execução do Inventário do Acervo Cultural de Santo Antônio do Monte, feito em consonância com as Diretrizes Metodológicas do IEPHA-MG, envolve o trabalho de campo com a realização de

visitas, entrevistas, levantamento fotográfico e cartográfico, além de pesquisa em fontes escritas e bibliografia específica sobre o Centro-Oeste mineiro. Uma vez identificado o bem cultural é produzida uma ficha de acordo com a natureza do bem: estruturas arquitetônicas e urbanísticas, bens móveis e integrados, arquivos, patrimônio arqueológico, sítios naturais e patrimônio imaterial. Nas fichas, encontra-se a descrição do bem, o histórico, localização, propriedade, documentação fotográfica, análise do estado de conservação, intervenções, salientando a relevância do bem para a localidade ou para a região.

A organização do Inventário obedece a dois aspectos principais: a divisão administrativa e a trajetória histórica do município. A municipalidade se compõe de um distrito sede que constitui a zona urbana e da zona rural, com seus diversos povoados e comunidades rurais. Sendo assim, o levantamento bens culturais foi iniciado na sede do município, começando pela parte mais antiga e, posteriormente foram sendo inventariados os outros bairros seguindo a cronologia de criação dos mesmos.

Tendo sido finalizados os trabalhos na área urbana, foi iniciado o levantamento dos bens da área rural. Esta parte do município se constitui de povoados (entendidos como núcleos de reduzida população concentrados em torno de capelas, postos de saúde, escolas e outras referências) e comunidades rurais (locais onde a população se encontra mais distribuída que nos povoados, mas cujos habitantes guardam entre si certos laços de identidade e ou parentesco).

A divisão do distrito sede em áreas inventariáveis foi baseada principalmente em fundamentos históricos correlacionados com aspectos da evolução urbana, mas reflete ainda questões sociais, econômicas e políticas fazendo com que as áreas apresentem diferenças de morfologia e de paisagem urbana. Os próprios aspectos históricos são registrados na forma urbana, ou a justificam. Cada uma das áreas encerra em si características únicas que se relacionam direta ou indiretamente com o funcionamento do município como um todo e ilustram a dinâmica cultural local, que irão dizer muito sobre a história local.

A delimitação das áreas inventariáveis da zona rural foi pensada com base em elementos demográficos, geográficos e administrativos. Foram estabelecidas sete áreas, cuja demarcação se deu através de acidentes e marcos geográficos bem evidentes (rios, córregos, ferrovias, rodovias, entre outras). Em cada uma dessas áreas foram relacionados povoados e comunidades mais representativas. Nesses locais foram iniciados contatos com moradores, facilitando a coleta de informações a respeito de sua região e também sobre os bens culturais em locais ermos (fazendas, comunidades menores e acidentes geográficos). No entanto, a varredura das áreas não se limitou às informações coletadas nas comunidades pólo. Esses locais foram entendidos como fonte de dados e de trabalho, facilitando o reconhecimento das áreas delimitadas.

Salienta-se no desenrolar do trabalho, a importância das entrevistas na tarefa de recompor a história e a memória, sobretudo nas comunidades rurais, onde é mais difícil encontrar fontes escritas. Mesmo considerando os esquecimentos ou lapsos, as omissões, as visões

particularizadas, os diversos depoimentos possibilitaram uma releitura dos ambientes e dos hábitos dos santantonienses. Afinal, como escreveu Ecléa Bosi:

Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar com ideias e imagens de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se é assim, deve-se duvidar da sobrevivência do passado “tal como foi” [...]. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão agora à nossa disposição, no conjunto das representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça uma lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância porque não somos mais os mesmos de então e, porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas ideias, nossos juízos de realidade e de valor [...] (BOSI, 1987).

As narrações feitas nos diversos encontros revelaram aspectos diversos, como a organização do trabalho, as concepções de educação e moralidade. Nas pessoas mais idosas das localidades, notou-se um domínio da memória e um poder de fala extraordinário. Reconhecidos como detentores do saber, muitas vezes a fala dessas pessoas, sua moralidade e valores têm o peso de lei entre parte da população.

Percebe – se ainda os efeitos da capitalização das relações de trabalho no campo (intensificada a partir dos anos de 1970), da modernização dos hábitos, sobretudo com a introdução da energia elétrica em grande parte das propriedades o que se deu, especialmente, a partir dos últimos anos da década de 1970.

Em diversas entrevistas, pôde-se constatar que há um desencanto e muitas queixas em relação à situação econômica do campo, sobretudo quanto ao alto custo da produção e a falta de mercado e mão-de-obra. São comuns também as reclamações relativas à falta de escolas, serviços de saúde, estradas conservadas e opções de lazer e exercício da religiosidade. Mesclam-se atitudes de saudosismo dos tempos pretéritos e de valorização do conforto gerado pelo novo, especialmente pela chegada da energia elétrica.

Os entrevistados mais velhos demonstraram uma grande saudade da época de sua infância e juventude quando as comunidades eram mais povoadas e proporcionavam mais opções de lazer, trabalho e convívio social. A fartura de alimentos, produzidos na própria comunidade – carnes, verduras, biscoitos, cereais – derivada do grande número de atividades também foi apontada como objeto de saudosismo de pessoas ligadas às famílias mais abastadas. Em contrapartida, os depoimentos daqueles que descendem de famílias de trabalhadores mais pobres, colonos, meeiros ou arrendatários das fazendas, atestam uma melhoria na qualidade de vida: alimentação, vestuário, luz elétrica, educação, serviços de saúde e acesso à cidade. Os trechos de depoimentos de alguns moradores à equipe da Secretaria Municipal de Cultura, durante a realização do Inventário Cultural, evidenciam esta realidade. Percebe-se uma aceitação, o costume da vida rude, de certa forma, atenua o sofrimento:

Naquela época havia muita delinqüência, a pobreza era demais. A usina (indústria açucareira criada em Lagoa da Prata em 1946) diminuiu a pobreza... Muita gente foi para Lagoa da Prata. Era muito atrasado aqui. Tinha muita gente.... As terras foram ficando na mão de um só e as pessoas foram mudando. Havia pelo menos umas seis fazendas aqui perto. Hoje, o vizinho mais perto é o Pedro Amaral. O mais difícil, hoje, é a condução. Eles fizeram um asfalto chique mas não colocaram ônibus para correr. [...] Antigamente tinha muito baile, mas eu não gostava de dançar não, só ficava olhando [...] Hoje sabemos de tudo pela televisão e o celular facilita nossa vida, ficamos mais seguras porque podemos pedir ajuda se for preciso [...]¹.

Visitar o Casarão Santa Clara, na comunidade rural do mesmo nome, foi um dos momentos de descoberta da pesquisa do inventário. Após enfrentar alguns quilômetros de estrada de terra com trechos em péssima situação, a visão da casa sede, bastante deteriorada, é muito interessante, pois salta aos olhos o abandono e a deterioração dos anos, ma sobreposta a uma pujança de outras épocas. E, por trás da História do imóvel, se desenhou a História do Sr. Otaviano José de Bessa, um homem que através da fala desenha situações e fatos da vivência rural do município. Por duas vezes o entrevistamos e por ele fomos alertados “Você trouxe só este papel... eu tenho oitenta e dois anos... tenho muita história para contar... precisamos de muito tempo... e de muito papel...”

De caráter extrovertido e conversa fácil, em poucos minutos rememorou fatos que o transformaram de “filho da empregada” em proprietário da fazenda. A situação do casarão parece refletir aspectos da vida do dono que, de olhar vago, perdido no tempo, se emociona ao afirmar: “Eu era rico, minha filha, muito rico.... Mas fiquei pobre. Perdi minha riqueza... Deus levou minha riqueza.. a minha esposa.”

Ao fazer tal afirmativa, Sr. Otaviano José de Bessa se emociona. A voz entrecortada pela tosse, os olhos úmidos de lágrimas. A simplicidade na fala, o andar lento e cansado, a vontade de falar e contar dos tempos que “não voltam mais” parecem retratar muito do que presenciamos na zona rural. O descaso, o abandono das práticas econômicas tradicionais, o desinteresse dos mais novos em continuar a exploração das terras, a pouca valorização dos produtos pela concorrência das formas de produção mais dinâmicas vitimam as pequenas e médias propriedades que não se adequam às pressões do mercado. Sobretudo aquelas cujos proprietários são mais velhos.

O depoimento retrata detalhes da forma de viver comum a grande parcela da população pobre na construção de nossa História. É a voz do sujeito portador de experiências muitas vezes relegadas a um plano inferior na História oficial. Afinal, “a história joga fora suas garrafas vazias”... (SANS, 1982).

Sr. Otaviano José de Bessa vai narrando devagar, barrando as interrupções, aparentemente com aceitação e orgulho da vida sofrida:

---

¹ Entrevista feita com Maria das Mercês Resende, 79 anos, moradora da Fazenda Cachoeira Bonita. Pasta Inventário Cultural. 2008. Acervo da Secretaria Municipal de Cultura de Santo Antônio do Monte. MG

Meu pai morreu com 48 anos e minha mãe ficou viúva com treze filhos, cheia de dívidas. De dia ela tecia e de noite ela fiava, aos domingos costurava para dar conta de dar comida aos filhos. A negrada (termo comumente utilizado na comunidade para designar negros que prestavam serviços nas fazendas da região) plantava algodão, colhia, descaroçava, minha mãe cardava e fiava. Tecia para nós e para ganhar dinheiro. A vida era difícil. Muitas vezes minha mãe usava azeite para iluminar: cortava a turanja ao meio (um tipo de laranja comum na região), tirava os gomos e colocava o azeite. Era uma luz fraquinha. Quando alguém adoecia carregava num “gato” para Araújo. Não tinha estrada nem para carro de boi, isto há uns 50 anos atrás. Os irmãos mais velhos se casaram logo depois que meu pai morreu. Só restava eu. Sou pequeno mas a língua era grande. Fui trabalhar em Luz, fui a pé para pagar uma conta. Para chegar lá, ia primeiro para a Cachoeira Bonita e depois Córrego Fundo e Chapada. Lá havia um homem que tinha um carrinho com seis cabritos para carregar lenha. Eu copiei a idéia. Fui trabalhar numa fazenda limpando pasto e passei a amansar bezerros para carrear. No início tinha dois, em um ano tinha doze. Passei a vender ovo, ganhando um pouco na dúzia. Ganhava um tostão na dúzia. Comprava a 500 e vendia a 600. Levava 250 dúzias de cada vez. Nasci na pobreza, tive que lutar demais para comer. Depois consegui plantar umas rocinhas sozinho, graças a Deus melhorou um pouquinho. Foi muito trabalho, mas consegui comprar, em 1973, as terras onde minha mãe viveu.

Saudades daquele tempo? Tenho sim. Havia muita diversão também. No dia do terço reunia muita gente, tinha pagode. O Crispim, tio do Santos Leonel, tocava violino. Ele era músico. Não tinha quem não pegasse uma moça para dançar. [...] Os meus filhos estudaram aqui mesmo, num grupo próximo à fazenda. Os mais velhos só fizeram o 3º ano de grupo. A professora era a comadre Terezinha Raposo, hoje já é aposentada e vive aqui na região. [...] Para votar era preciso ir a pé para a Parada, distante alguns quilômetros daqui, e lá pegar a condução para ir até a cidade. De uns dois anos para cá, estou descrente, tomei uma antipatia danada. [...] Na última eleição eu votei, mas dessa vez não quero...<sup>2</sup>

Outros depoimentos atestam as mudanças que marcam a zona rural:

[...] O “Espriadinho era muito mais povoado. Hoje nas poucas casas que permanecem habitadas têm, em cada uma, apenas umas duas pessoas e olhe lá...” Tem missa uma vez por mês e o padre celebra na escola que está fechada... não tem criança de escola na comunidade. Tudo mudou. Mudou muito. Antes era um farturão, todo mundo trabalhava e comia. Plantavam arroz, feijão, criavam porcos. Hoje buscam tudo no supermercado, tira o leite e bebe<sup>3</sup>.

A população diminuiu muito. Isso aqui era igual a um arraial. Tinha muitas casas. No cruzeiro rezava-se o terço no mês de maio. Juntavam umas cem pessoas. O cruzeiro é do tempo do meu avô. Hoje só os da casa rezam. O povo aqui é muito sem religião. A qualidade de vida era melhor... Trabalhava muito, mas também se divertia muito... A diversão era pagode, montar cavalo bravo, juntar uma turma para amansar cavalo. Fazia um pagode em cada casa. Tocava sanfona e servia pipoca, cachaça, biscoito de forno, rezava primeiro e depois ia farrear. As danças amanheciam o dia. Eram quatro ou cinco horas da manhã e a gente “tava quarando o pau”. O serviço era pesado. Plantava ... fabricava quase tudo o que era necessário para sobreviver, não buscavam quase nada na cidade. Tinha rapadura, polvilho e farinha de mandioca, criação de porcos e galinhas, hortas...Era muito comum fazer o mutirão. Mais ou menos uns quinze homens se reuniam para, a cada dia, trabalhar numa propriedade para fazer os serviços mais

---

<sup>2</sup> Entrevista feita com Otaviano José de Bessa. Pasta Inventário Cultural. 2007. Acervo da Secretaria Municipal de Santo Antônio do Monte-MG.

<sup>3</sup> Entrevista feita com Pacífico Furtado de Oliveira, 78 anos, Fazenda Espriadinho. Pasta Inventário Cultural. 2007. Acervo da Secretaria Municipal de Santo Antônio do Monte-MG



urgentes: limpar o rego d'água, limpar os pastos, capinar as plantações. O medo também era menor. Hoje tem muito roubo e violência. Muitos vizinhos, inclusive meu irmão, já foram assaltados. Levam quase tudo, limpam a casa [...]⁴

[...] a vida mudou da água para o vinho; os pobres ficaram ricos: têm como tratar da saúde, têm direito a uma fração do chão, as estradas melhoraram, o transporte também. A estrada foi feita pelo Prefeito Lalu. Foi ele (Lalu) quem descobriu a gente aqui, há mais ou menos 40 anos atrás. Antes eram só trilhos e pinguelas. Para chegar à cidade só a cavalo. O mundo virou. Isso aqui era um "nordeste". Hoje tem água dentro de casa, tem luz, tem o posto de saúde. O mundo mudou. Até a terra. A que tinha valor era a de cultura, que ficava numa grotada, mais escondida. Hoje igualou. A terra mais fraca tem mais valor porque é melhor para construir a casa. As pessoas não querem mais plantar. Eu mesmo plantava. Passou a não ter valor. Não tinha preço, não tinha nada. Parei de plantar tem mais ou menos quinze anos. Fica mais barato comprar. Antigamente, plantava a meia, porque o terreno é pequeno para a lavoura. Tinha que dar parte da semente, do adubo e colocar a produção dentro do paiol do fazendeiro. Hoje até que melhorou com a taxa de 20% e o fazendeiro dá mais recursos [...]⁵.

O predomínio das relações comunitárias, marcadas por laços de proximidade e afeto, bem como pelo paternalismo entre patrões e empregados pode ser percebido através da fala dos descendentes dos grandes fazendeiros do município:

[...] Não existia a figura do patrão e do empregado. Os empregados comiam nas nossas casas e nós comíamos nas casas deles. As crianças brincavam juntas. Eu não tinha noção da diferença social. Achava que éramos todos iguais. Só vim a perceber a diferença depois que mudamos para a cidade. Existia uma relação de amizade que era muito boa. [...] mutirões para limpar os pastos e capinar a lavoura de café. Neste caso, reuniam-se cerca de cento e vinte pessoas. Ao findar o dia, havia um grande baile. A relação de amizade era tão grande que vou te dar um exemplo. Na década de 1960, houve um grande êxodo rural das comunidades rurais de Córrego Alheio, Mirandas, para Goianésia – GO. O Totonho da Revalina foi e levou o restante. O compadre de meu pai, Olímpio Manoel, resolveu migrar também e propôs a venda da fazenda para meu pai. Após desistir de convencer o amigo a não vender as terras, meu pai decidiu: vou comprar as suas terras compadre Manoel. Eu te compro, mas as terras ficam um ano a sua disposição. Caso queira voltar, basta me devolver o mesmo valor que estou lhe pagando e eu lhe devolvo as terras. Em um ano não se fez nada nas terras. [...] Meu pai atuava como juiz, delegado na solução dos conflitos. As pessoas o procuravam para resolver as pendências e o que ele falasse estava falado. Conhecia todas as pessoas do lugar e era visto como um homem sensato, sério e responsável [...]⁶.

Sr. Altivo Venâncio da Silva, 73 anos, residente na Comunidade do Diamante de Baixo, confirma que

o peão trabalhava em troca de toucinho ou mantimentos. Esse aqui (gesto com os dedos simbolizando dinheiro) quase não existia. Eu mesmo paguei muita mão-de-obra com mantimento [...]. A vida mudou da água para o vinho. Isso aqui era entupido de gente. Era uma carreira de casa. O povo acabou tudo. Naquela época

⁴ Entrevista feita com Davi Francisco de Aquino, 57 anos, Fazenda Cachoeira Bonita. Pasta Inventário Cultural. 2007. Acervo da Secretaria Municipal de Santo Antônio do Monte-MG

⁵ Entrevista feita com Jésus Alves Pereira, 79 anos, Comunidade dos Teixeiras. Pasta Inventário Cultural. 2007. Acervo da Secretaria Municipal de Santo Antônio do Monte - MG.

⁶ Entrevista feita João Francisco da Silva, residente na sede do município de Santo Antônio do Monte. Pasta Inventário Cultural. 2008. Acervo da Secretaria Municipal de Santo Antônio do Monte - MG

todo mundo comia, vestia, tinha baile. Se tivesse ficado tudo aqui estariam passando necessidade, falta das coisas. Antes se tivesse arroz vendia, se tivesse uma criação de cem porcos vendia tudo para Divinópolis, Itapeçerica, Piumhi... Hoje nada tem preço, não encontra comprador, pra nada, mandioca, milho, porco, não vende....O resto das pessoas do lugar está indo embora. Não tem gente para trabalhar, não pode plantar. Vendi o gado de criar porque não tem peão. O leite não vale nada. Nunca tinha vendido milho porque consumia no trato dos animais. Esse ano como não utilizei, vendi um carro (Carro- carro de boi- medida equivalente a 40 balaios de 30 kg, portanto 1200 kg). Para plantar feijão não tem nem meeiro (trabalhador rural que, mediante a cessão da terra, da semente e parte do adubo, cultiva um determinado produto agrícola. É responsável, atualmente, pelo plantio, capina e colheita do produto. Ao final do processo, deve entregar ao fazendeiro dono da terra parte da produção) . Nem se der a terra arrumada para eles e mais os 20% eles querem plantar. Há um tempo atrás, o meeiro vendia a sobra daquilo que produziam e viviam com o ordenado pago pelos patrões. O plantio era uma forma de melhorar a vida. Como hoje nada tem preço, eles também não querem plantar.

O papel da mulher pode ser vislumbrado, através da fala de algumas moradoras dessas comunidades. Vale destacar que a fala da mulher, especialmente nas comunidades rurais, dá-se após o estabelecimento de um vínculo de segurança mediado pelo homem – o marido, o pai. No primeiro momento, elas transferem para o “homem da casa” a responsabilidade da fala.

Os depoimentos apontam que dentre as atividades domésticas tradicionais como o cuidar da casa, da educação dos filhos, da alimentação da família, pode-se citar a manufatura do algodão. Embora, atualmente, teares não sejam encontrados com facilidade, os depoimentos. As informações coletadas nos inventários *post mortem* e, ainda as colchas e panos de algodão, herdados de antepassados atestam a existência dos mesmos até poucas décadas atrás. Cardar, fiar e tecer o algodão faziam parte do cotidiano de diversas mulheres da região. O fio de algodão se transformava em tecidos utilizados na confecção de vestuário e de roupa de cama para o consumo da própria família e também para a comercialização. Comum também era a lida nas roças ao lado dos pais ou dos maridos.

Rita da Glória Costa nasceu e ainda vive no Pião, comunidade formada por descendentes de escravos que quando libertos receberam as terras de um fazendeiro da região. É uma senhora reservada e discreta, afoita às perguntas e sucinta nas suas respostas. Sua residência, de aspecto simples e rústico, preserva ainda características das habitações de trabalhadores rurais no início do século XX: casa de adobe com poucos cômodos de tamanho reduzido, paredes baixas e cobertura feita de ripas de madeira simples com telhas de meia cana artesanal, janelas e portas de tamanho reduzido; fogão a lenha com revestimento de argila. Não existe abastecimento de água interno, sendo que o manancial fica a alguns metros da casa que também não tem banheiro. O quintal, de terra batida, mantém características espaciais antigas, tais como: algumas espécies frutíferas, além de poucos pés de algodão, milho e ervas medicinais. O forno a lenha, feito de cupim, localiza-se próximo a casa, mas encontra-se muito estragado. Percebe-se ainda forte religiosidade evidenciada através de imagens e quadros de santos que se destacam entre os poucos móveis. Ela afirma que:

[...] Minha mãe fazia de tudo: cuidava da casa e das crianças, trabalhava na roça, fabricava polvilho e farinha de mandioca, cardava e fiava algodão utilizado na fazer os cortes de tecido para costurar as roupas da família. [...] o fazendeiro dava a terra para plantar, ajudava com o terreno, o esterco, o boi, o arado, o carro. Até emprestava o carro de boi para levar a colheita até em casa. Plantavam arroz, feijão, milho, abóbora. Criavam porcos e galinhas, havia muita fartura. Cada família tinha pelo menos dois *capados* engordando de cada vez. O povo era mais unido. Os fazendeiros eram amigos. Até hoje os filhos deles consideram a gente, fazem questão de prostrar com a gente quando encontram [...].<sup>7</sup>

Moradora de uma comunidade próxima – Teixeira, Sebastiana Maria Pereira, 66 anos afirmou que:

[...] fui criada como escrava, só para o trabalho. Ainda criança pequena já ajudava o pai no cultivo da terra e a mãe na lida da casa e no cuidado dos irmãos. Não frequentei escola, pois o pai considerava que era bobagem. Ele dizia que escola só servia para a moça aprender a escrever carta para o namorado. [...] Sempre trabalhei na enxada, ainda fazia farinha, polvilho, ajudava a fazer carvão, trabalhei até outro dia apanhando café. Quando criança e jovem ia para o campo sem colocar nada na boca, quando tinha almoço levava. Caso contrário trabalhava o dia inteiro sem comer nada. Éramos sete irmãos. A vida era difícil. Tive sete filhos também. Mas o Jesus sempre manteve uma vaquinha para o leitinho. O que sobrava era vendido ou trocado, na venda da comunidade, por aquilo que faltava: querosene, pó de café, qualquer coisa. Para completar eu vendia também muitas frangas. Hoje é mais fácil, inclusive o padeiro passa toda sexta-feira com biscoitos variados. [...] Meus filhos mandei tudo pequeno para a cidade. Queria que todos aprendessem a ler e escrever. Essa é a única inveja que eu tenho. Tenho vontade de pelo menos assinar o meu nome [...].<sup>8</sup>

Tantos outros depoimentos evidenciam memórias e ajudam, em conjunto com outras fontes documentais, a formatar uma história cultural. Por trás da busca de bens revelam-se as pessoas e suas diversas nuances numa riqueza imensurável. Os objetos e estruturas produzidas pelos homens, Patrimônio Material, são capazes de despertar uma série de saberes, sentimentos que representam o Patrimônio Imaterial. Ao deparar com um antigo forno a lenha é possível para muitos de nós, sentir o aroma dos ramos de alecrim exalado durante o processo de retirar as brasas do interior da estrutura para a colocação dos biscoitos a serem assados. É possível reviver todo o ritual no preparo das diversas massas. Desde o preparo do polvilho, atividade complexa, que exigia a reunião de toda a família até a busca dos ovos e do leite farto no curral, havia uma série de ações e de saberes que compõe o universo dos moradores e daqueles que dali vieram.

Estruturas arquitetônicas revelam tradições que a despeito do acelerado processo de globalização e modernização da sociedade pós-industrial ainda se mantêm. Um exemplo é a grande quantidade de cruzeiros dispersos pelo município. A grande maioria foi executada em madeira tendo peças em seção quadrada e base escalonada em três degraus. Normalmente dispõem de um pequeno agenciamento com paisagismo, patamares, cercas, muros, grades, entre outros elementos. Os cruzeiros constituem uma representação física da presença da espiritualidade no

---

<sup>7</sup> Entrevista feita com Rita da Glória Costa - Comunidade do Pião. Pasta Inventário Cultural. 2006. Acervo da Secretaria Municipal de Santo Antônio do Monte – MG.

<sup>8</sup> Entrevista feita com Sebastiana Maria Pereira - Comunidade dos Teixeiras. Pasta Inventário Cultural. 2006. Acervo da Secretaria Municipal de Santo Antônio do Monte – MG.

cotidiano das pessoas, da fé e da religião na comunidade, com predominância do catolicismo popular. Muitas tradições ainda perduram. No Cruzeiro do Coqueiro<sup>9</sup>, na comunidade rural do Coqueiro, ainda se realiza a “penitência do sol”: os fiéis se dirigem ao cruzeiro carregando uma pedra na cabeça e vasilha com água. Após orações e lamentações é jogada a água, pedindo chuva em períodos de grande estiagem. Durante todo o mês de maio, reza-se o terço de Santa Cruz. São escolhidos festeiros que organizam, a cada dia, as orações. Para tanto, o Cruzeiro é ornamentado com velas, bandeirinhas, forros e flores. São ofertados brindes diversos para o leilão, cuja renda é destinada à capela local para pequenos reparos. Nestes festejos, especialmente no último domingo de maio, além de toda a comunidade local, há um grande número de visitantes.

Essas lembranças, quando despertadas, dão a dimensão do que fomos, do que somos e do que seremos. O caminho para despertá-las é o bem material e daí importância de disseminar nas comunidades o conceito de bem material, seja ele material ou imaterial. Objetos e estruturas arquitetônicas que são portadores de modos de fazer e de viver. E, ao reencontrá-los por mais que os avanços tecnológicos e os hábitos da sociedade industrializada tenham sido incorporados em nossas vidas, nos reencontramos com nosso passado e fortalecemos nossa identidade.

O Inventário cumpre, portanto um papel importante neste sentido e extrapola a simples listagem e descrição de bens em fichas. Contribui para o resgate da memória e para a elevação da auto-estima dos indivíduos dos mais diversos grupos sociais que se sentem reconhecidos e valorizados. Orgulham-se, diante da possibilidade de revelar um pouco das suas lembranças, da sua concepção de vida e visão de mundo. Esta situação nos permitiu vivenciar a importância de falar com o outro e não falar do outro. Nesta perspectiva, a fala e a visão de mundo dos entrevistados deixam de ser uma “alegoria” para o trabalho e torna-se parte dele.

A realização do Inventário Cultural comporta desafios, dificuldades, descobertas. Percebe-se que há certa distância entre a teoria e a prática; que há muitas situações que a metodologia por si só não basta e que os caminhos e os ajustes são apontados na medida em que se faz, na medida em que o trabalho acontece. Na medida em que o trabalho acontece há uma série de descobertas: a descoberta da fala e daquele que detém o poder da fala, dos silêncios, da memória, do conhecimento dos diversos bens culturais, da significação dos bens naturais, dos espaços e lugares. É nesse viés que o Inventário diferencia-se de um censo, não é mensurável, não quantifica, não considera apenas os bens, os produtos culturais, mas especialmente os atores sociais que produzem e preservam estes bens, nessa medida revela identidades e laços culturais que reforçam a memória e ajudam a compor a História.

---

<sup>9</sup> Ficha do Inventário de Proteção ao Acervo Cultural de Santo Antônio Monte elaborada em 2007. Pasta Inventário I A. Acervo da Secretaria Municipal de Cultura.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1987.

BURKE, Peter. *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. UNESP. 1992.

DIRETRIZES para a proteção do Patrimônio Cultural de Minas Gerais. Belo Horizonte: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG. 2008.

SANS Soleil: documentário. Diretor: Chris Marker, Produtor: Anatole Dauman. Aurora DVD. Coleção Cinema Essencial. – França. 1982. Color.

INVENTÁRIO Cultural de Santo Antônio do Monte: exercícios 2007, 2008, 2009. Pastas arquivadas no DPH (Departamento de Patrimônio Histórico) - Secretaria Municipal de Cultura. 2009.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Festa no pedaço – cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Unesp, 1998.

MIRANDA, Marcos Paulo de Sousa. *O inventário como instrumento constitucional de proteção ao patrimônio cultural brasileiro*. 2008. Disponível em: <[ttp://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=11164](http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=11164)>. Acesso em: 10 set. 2009.

UNESCO. *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural*. 2002. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>>. Acesso em: 07 de set. 2009.

VASCONCELLOS, Sylvio de. *Arquitetura no Brasil: Sistemas Construtivos*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1979.

VIANNA, Letícia C.R. *A política federal de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial: diretrizes, resultados e principais desafios*. Aula 4. Curso EAD-DUO: Patrimônio Imaterial: Política e Instrumentos de Identificação, documentação e salvaguarda. 2008. Disponível em: <[http://www.duo.inf.br/ead\\_cursos.asp](http://www.duo.inf.br/ead_cursos.asp)>. Acesso em: jun. 2008.